

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA RELIGIÃO EM DOCENTES-PESQUISADORES UNIVERSITÁRIOS¹

Geraldo José de Paiva²
Instituto de Psicologia - USP

Terão os docentes-pesquisadores universitários uma representação social (RS) da religião e das relações entre religião e ciência? Foram entrevistados cientistas avançados das áreas de ciências exatas, biológicas e humanas, da Universidade de São Paulo, Brasil, acerca das relações que estabelecem, ou não, entre ciência e religião. Os resultados mostraram inexistência de conflito consciente entre ciência e religião; pouca ou nenhuma intersecção entre ambas; rejeição tanto do caráter dogmático do cristianismo como das pretensões ilimitadas da ciência; respeito pelas religiões históricas e abertura para novas formas de religiosidade. Os resultados são discutidos com o conceito de RS, de Moscovici.

Descritores: Representação social. Religião. Ciência. Universitários. Psicologia da religião.

1. O conceito de Representação Social

Representação Social (RS) é um conceito heurístico, reflexo do conceito durkheimiano de representação coletiva, que se revelou frutífero para identificar, descrever e articular aqueles “sistemas de valores,

1 Versão de Comunicação apresentada na *2nd International Conference on Social Representations*, Rio de Janeiro, RJ, 1994, com auxílio da FAPESP.

2 Endereço para correspondência: Instituto de Psicologia. Av. Prof. Mello Moraes, 1721, São Paulo, SP Cep 05508-900. E-mail: gjdpaiva@usp.br

idéias e práticas” que permitem as pessoas “orientar-se em seu mundo material e social, controlá-lo e comunicar-se umas com as outras através de um código de denominação e de classificação dos vários aspectos desse mundo e de sua história individual e grupal” (Moscovici, 1983, p. 593). O conceito é correntemente utilizado em grupos menores, taxionômicos ou estruturados, conforme foram chamados (Harré, 1984 citado por Spink, 1993), grupos que refletem a atual fragmentação da sociedade.

O conceito não pretende a exclusividade, uma vez que o evento psicossocial pode ser descrito em diversos níveis (Doise, 1982) e mesmo a ênfase que se dê a processos intrassubjetivos ou intersubjetivos não desconhece a matriz social que fornece o conteúdo e, por vezes, a forma desses processos (Heider, 1958; Paiva, 1993). De resto, a relação entre RS e conceitos como esquema, categorização, atribuição, atitude e outros, é amplamente discutida na atualidade, no sentido tanto da convergência como da divergência entre eles. Deve-se reter, dessa discussão, principalmente a qualificação integralizadora de “teoria” do senso comum, dada à RS, em contraste com aqueles outros conceitos (Spink, 1993).

A peculiaridade do conceito reside em focalizar explicitamente a intersecção das referências fornecidas pelo grupo acerca de um objeto social com a apropriação ativa dessas referências pela pessoa. A prioridade que cabe a um ou outro nível de agentes é aqui, como em outros lugares, uma questão ociosa, pois jamais se encontrará o indivíduo fora do grupo nem o grupo fora dos indivíduos. A qualidade interativa do conhecimento destaca o caráter construtivo do mesmo, desconhecido pelo positivismo, para o qual a verdade se encontra na realidade.

É, pois, a RS um conceito psicossocial em sentido pleno. Embora inicialmente tenha sido destacada sua dimensão cognitiva, hoje também se acentua sua dimensão afetiva, carregada pelas referências simbólicas do grupo, dimensão, aliás, fielmente durkheimiana, pois que o afeto intenso esteve na origem da primeira representação coletiva, a religião ou a própria sociedade (Durkheim, 1985).

Distinguindo entre universos reificados e universos consensuais, para distinguir os grupos que produzem conhecimento segundo a lógica formal dos grupos que produzem conhecimento segundo uma conaturalidade baseada na verossimilhança, é possível contrastar o grupo científico de outros agrupamentos humanos: apesar de haver complementaridade entre esses grupos, pela qual os conhecimentos gerados pela ciência passam a fazer parte do novo senso comum e esse orienta os objetos, quando não os objetivos, da ciência, a distinção acentua a diferença entre eles, resumida algo dramaticamente nas conhecidas fórmulas que caracterizam a RS, “a conclusão comanda as premissas” e “o veredito é dado antes do julgamento.”

Essa diferença conduz a vários desdobramentos, evidentemente nem sempre cronológicos, como a distinção entre conteúdo e processo, muito mais significativa na produção das RS do que na produção do conhecimento científico, ou a distinção, dentro do processo, entre objetivação e ancoragem, que descobre, na produção das RS, a mediação do imaginário, a materialização do conceito e a familiarização da novidade. Essa mediação, materialização e familiarização parecem ocorrer muito intensamente na produção das RS, embora as discussões atuais sobre a natureza da ciência questionem a lógica desprovida de intuição, de imaginação, de sentimento e do senso de familiaridade (Potter & Mulkay, 1985; Santos, 1989; Spink, 1993).

É importante chamar-se a atenção para o lugar da lógica formal e da conversação na produção, respectivamente, do conhecimento científico e da RS. Como esse é um ponto relevante na discussão que se fará em seguida, cabe citar Moscovici, que se refere à “arte da conversação,” que “cria gradualmente núcleos de estabilidade e maneiras habituais de fazer coisas, uma comunidade de significados entre aqueles que dela participam” (Moscovici, 1981, p. 187), e que afirma: “a conversação está no epicentro do nosso universo consensual porque ela molda e anima as representações sociais e assim lhes dá vida própria;” e ainda, “as representações são resultado de um contínuo burburinho e um diálogo permanente entre indivíduos, um diálogo que é tanto interno quanto externo, e

durante o qual as representações individuais ecoam ou são complementadas” (Moscovici, 1984 citado por Spink, 1993, p. 99).

2. Representação Social e Religião

Dada a distinção entre universo reificado e universo consensual, e dada a ênfase nos processos de objetivação e ancoragem na produção das RS, é interessante estudar a RS no grupo dos acadêmicos. Este, de fato, não é apenas um agrupamento de cérebros mas um agrupamento de pessoas, num certo tempo e lugar, envolvidas na tarefa científica e em relações interpessoais, institucionais e amplamente sociais, tarefa e relações essas que certamente se complementam. De um lado, pode-se pensar que o empreendimento científico, basicamente lógico, que caracteriza esse grupo, excluiria a formação de representações sociais, cuja gênese ocorre em sentido inverso à da ciência. De outro lado, existem diversos objetos sociais que interessam ao grupo acadêmico, como a arte, a política, o esporte, o papel da universidade na sociedade, e existem também objetos sociais que parecem alheios aos interesses acadêmicos, como o comércio e a religião.

3. A pesquisa

Discutem-se, a seguir, à luz do conceito de RS, alguns resultados de pesquisa realizada com docentes-pesquisadores da Universidade de São Paulo, Brasil, acerca das relações que estabelecem entre ciência e religião (Paiva, 1993).

Metodologia

Sujeitos: 26 professores da Universidade de São Paulo, 15 do sexo masculino e 11 do sexo feminino, com o título mínimo de doutor, em regime de dedicação integral à docência e à pesquisa. Desses, dez eram da

área de ciências exatas (Física), oito da área de ciências biológicas (Zoo-
logia) e oito da área de ciências humanas (História). Os sujeitos compu-
seram uma amostra de conveniência, constituída pelos professores que,
contactados em seu local de trabalho, concordaram em participar do es-
tudo. O *background* religioso dos Sujeitos, com exceção de um caso de
educação atéia, era cristão, algumas vezes com influxo do espiritismo
e/ou da umbanda.

Instrumento: o instrumento consistiu de uma entrevista semi-
estruturada centrada nas relações que os Sujeitos estabelecem ou deixam
de estabelecer entre ciência e religião, na ordem do conhecimento e no
arranjo da vida. O instrumento foi composto a partir da literatura, de pes-
quisas análogas em outros países e de entrevistas-piloto. Ao redor do nú-
cleo, solicitaram-se informações relativas à família, à educação científica
e religiosa, a modalidades de conflito pessoal ou institucional, ao clima
universitário em relação a Religião, à educação dos filhos, a interesses re-
ligiosos de qualquer natureza. Dada a fundamentação teórica que presidiu
a pesquisa - o conceito de conflito de Lewin e o conflito edipiano de Freud
- a entrevista estava aberta para acolher conteúdos tanto do consciente
como do inconsciente dos entrevistados.

Procedimento: os Sujeitos foram entrevistados em seu local de tra-
balho. Com seu consentimento, as entrevistas foram gravadas em fita
cassete. A transcrição das fitas foi submetida aos entrevistados, que ope-
raram as modificações que julgaram convenientes. As entrevistas tiveram
a duração média de 61 minutos, dentro de uma amplitude de 35 minutos
a 2 horas.

4. Resultados

Os resultados foram extraídos do teor das entrevistas mediante a
análise de cada uma delas, o que forneceu a configuração dos modos
como cada sujeito estabelece, ou não, relações entre ciência e religião. Os
conteúdos de ordem cognitiva foram examinados e comparados uns com

os outros, aceitando-se as declarações de cada sujeito em seu valor de face. Quanto aos conteúdos da ordem do inconsciente, procurou-se “ouvir com o terceiro ouvido” (Reik, 1948), levando-se em conta, além dos elementos plenamente verbais, os elementos pré ou paraverbais, tais como pausas, vacilações, retardamentos e acelerações, risos, acentuações tônicas, repetições, composições híbridas de palavras, e semelhantes, e especialmente irrupções súbitas e deslocadas de temas. A seguir, cada entrevista foi comparada com as demais entrevistas da área e, finalmente, as entrevistas de cada área foram comparadas com as das duas outras.

Diversos resultados não foram homogêneos nas três áreas de conhecimento. Os acadêmicos das áreas de ciências biológicas e de ciências exatas, nesta ordem, mais que os historiadores, mostraram-se receptivos às religiões históricas, confirmando, entre nós, o gradiente de distância acadêmica da religião sugerido por Beit-Hallahmi (1979) e por Lehman e Shriver (1968). Também na tendência à secularização houve notável contraste entre a área de ciências humanas e a de biociências. Interessam, no entanto, aqui os elementos mais compartilhados pelos entrevistados e diretamente passíveis de análise sob o enfoque das representações sociais.

Os depoimentos reconheceram nitidamente à ciência e à religião âmbitos de competência legitimamente distintos.

Todos os entrevistados mostraram-se cômicos da feição distintiva de sua atividade profissional, do caminho teórico e metodológico que percorreram até chegar à maestria atual, da interação freqüente com os colegas de área no tocante ao trabalho acadêmico. Estão, é certo, informados do convencional das fronteiras científicas; podem ser céticos quanto ao alcance social e, mesmo, epistemológico da ciência; esperam, às vezes, em algum lugar no futuro, completo acordo entre ciência e outras fontes de conhecimento, como a religião; podem afirmar a união entre uma e outra na pessoa do pesquisador, porém não pensam a ciência contida na Bíblia, ou implícita na Torá ou no Alcorão, e nem propõem, ao contrário, a religião como um destilado da ciência.

A religião, segundo os entrevistados, diferentemente da ciência, é opção de foro íntimo e, por isso, respeitável; não possui a linguagem comum, racional, da ciência mas responde aos reclamos afetivos e aos desejos da pessoa; é necessária para estabelecer, com suficiente amplitude, as delimitações éticas; habita o emocional e faz parte global da vida, inclusive social. Entenda-se, porém, a religião as mais das vezes não como o cristianismo ou o catolicismo da infância e do meio familiar, do qual quase todos se afastaram, por ter sido vivido sob o signo da culpa, do pecado, do autoritarismo e da repressão, mas como rearranjo seletivo e personalizado de elementos religiosos tradicionais, ou composição de elementos tradicionais e adventícios, ou como abertura para as energias cósmicas e/ou psíquicas e para uma forma nova de transcendência. As relações entre ciência e religião serão, pois, sempre segundo os entrevistados, as que existem entre esferas separadas ou com pouca intersecção. *Subjetivamente*, isto é, no arranjo da vida, a mera existência de cientistas religiosos sugere a possibilidade de convivência entre religião e ciência, pois o hábito, a pressão social, os estados psicológicos são outras tantas variáveis, além da ciência, que influem concretamente na vida do cientista. *Objetiva* ou *epistemologicamente*, persistem incompatibilidades de conceitos, métodos, linguagens e atitudes entre ciência e religião, embora talvez mais aparentes do que reais, uma vez que o objeto científico é, por definição, o relativo, o “como,” e o objeto do conhecimento religioso é o absoluto, o “por que.” Essa incompatibilidade é, talvez, menos gnoseológica do que política, pois historicamente foi a instituição religiosa, e não a religião, que criou dificuldade para os cultores da ciência.

Resumindo: todos os acadêmicos pesquisados reconheceram limites nítidos entre religião e ciência e julgaram ciência e religião subjetivamente compatíveis, principalmente por ser a religião algo do foro íntimo; a maioria deles não reteve a religião da infância e da família, pejada de forte carga negativa, e elaborou combinações várias entre elementos religiosos tradicionais e recentes; quase todos se apresentaram abertos para a dimensão transcendente, por admitirem seja a incompletude cognitiva da ciência seja as vicissitudes da vida individual e social.

5. Discussão

Teriam, então, os acadêmicos uma representação social da religião e de suas relações com a ciência?

Para responder à questão, será necessário destacar os elementos que compõem a descrição de uma RS e, a seguir, discutir os resultados da pesquisa à luz dos elementos descritivos.

Uma RS parece incluir, essencialmente, os seguintes elementos delineados por Moscovici:

- a. um grupo caracterizável, que compartilhe de
- b. um conjunto de valores, idéias e práticas relativas a um objeto social, o que enseja às pessoas
- c. estabilidade no trato com seu mundo, e
- d. facilidade na comunicação com as pessoas de seu grupo.

Entende-se, obviamente, que a estabilidade no trato com o mundo e a facilidade na comunicação com o grupo apontam para a função de tornar o estranho familiar, e que o conjunto de valores, idéias e práticas se obtém por meio da conversação.

Examinando-se os elementos da descrição de RS, parece possível dizer que:

- a. existe um grupo caracterizável, a saber, o grupo de professores universitários, integralmente dedicados à docência e à pesquisa;
- b. existe um conjunto de valores, idéias e práticas relativas a um objeto social, a saber, a religião e suas relações com a ciência: valores como a liberdade de opção e a elaboração personalizada das referências religiosas; idéias como o juízo negativo das formas religiosas tradicionais e a admissão da transcendência; práticas como não confundir as áreas de competência científica e religiosa e reconhecer a capacidade científica independentemente da convicção religiosa;

- c. existe estabilidade, por parte dos acadêmicos, no trato com seu mundo, pois que as questões religiosas são deixadas para decisão pessoal e não se permite, por princípio, que a opção religiosa interfira no objeto e no método de pesquisa;
- d. existe facilidade ou, melhor, não ocorre dificuldade na comunicação com as pessoas do grupo, pois a religião não interfere na posição científica, deixando de produzir ruídos ou falhas na comunicação.

O exame dos elementos descritivos da RS permitiria afirmar a existência de uma RS da religião, e de suas relações com a ciência, entre os acadêmicos estudados. No entanto, se se atentar para a função de familiarização e para a gênese do conjunto de valores, idéias e práticas do grupo acadêmico concernentes à religião, surgirão dúvidas acerca de uma RS da religião no meio dos pesquisadores e docentes universitários.

Considere-se primeiramente a *gênese*. Moscovici insistiu no processo de geração das RS, a conversação, o burburinho, o diálogo permanente. Ora, o que dizem desse processo os depoimentos? “O ambiente universitário não é de hostilidade ou de discriminação; porém, diferentemente de esporte ou de política, religião não é assunto de conversa;” “de modo geral, os colegas são agnósticos ou indiferentes” (Física); “não há interesse (pela religião), o que existe é silêncio no tocante a um assunto de índole pessoal” (Zoologia); “no meio acadêmico a questão da religião é uma questão delicada; as pessoas se inclinam a esquivar-se de falar do assunto, embora hoje os professores não mais se sintam envergonhados de sua crença;” “a posição dos colegas quanto à religião conhece-se superficialmente” (História). Está-se longe daquele burburinho que agita um tema de interesse grupal, um objeto propriamente social. O que se evidencia é a irrelevância do assunto para o grupo acadêmico *enquanto* acadêmico. As pessoas podem ter interesse pela religião enquanto pertencem simultaneamente a outros grupos, de parentesco, amizade, vizinhança, política, intervenção social, e semelhantes. No entretanto, a estabilidade no trato com o próprio mundo acadêmico e a facilidade na

comunicação entre as pessoas do grupo universitário não são ativadas pelos valores, idéias e práticas relativas à religião, porque a religião não é referência para *esse* grupo. A contribuição desses valores e práticas para a estabilidade e a comunicação do grupo é meramente negativa enquanto, não entrando eles na conversação e no imaginário do grupo, não se constituem como elementos potencialmente desagregadores. Ainda assim, não deixa de ser intrigante esse imaginário distante da religião. Respeito, opção, caráter íntimo da decisão, privatização, ceticismo ou rejeição do religioso histórico-social, como é que vieram a associar-se com a Academia?

Verificada a ausência do tema na conversação, pouco resta da *função* reconhecida à RS de familiarizar o estranho. O que no grupo universitário familiariza a estranheza são os pressupostos epistemológicos, teóricos e metodológicos da ciência, que prometem a submissão do desconhecido: é sobre isso que versa a conversa acadêmica.

Coerentemente com essa análise, deve-se concluir que, embora se verifiquem em apreciável medida os elementos descritivos da RS no discurso que sobre a religião produziram os acadêmicos estudados, não se pode reconhecer por detrás desse discurso uma RS propriamente dita, por lhe faltarem não só a condição essencial da conversação como também a função de familiarizar o diferente.

Certamente não é essa uma situação inevitável quando se considera a possibilidade de uma representação social da religião no meio acadêmico. Brooke (1991) e Marsden e Longfield (1992), por exemplo, demonstraram que por longo tempo ciência e religião andaram juntas no ambiente universitário, tendo a religião pugnado não raro pela autonomia da ciência. Em países de tradição científica e teológica mais consolidada, como a Europa e os Estados Unidos, cientistas e teólogos têm estabelecido ocasiões de encontro, fóruns de debate e até associações permanentes voltados para a discussão das relações entre religião e ciência. Sem falar das permanentes *Gifford Lectures* da Universidade de Edimburgo, entre os frutos recentes dessa tradição contam-se, por exemplo, as posições da *Gnose de Princeton* (Ruyer, s.d.), de Fennema & Paul (1990), de Jones

(1994), de Ladrière (1987), de Sappington (1991), de Sperry (1988), de Wasserman, Kirhy, e Rordorf (1992). Esses autores propõem análises epistemológicas que permitem a convivência e a mútua fecundação da ciência e da religião como dois sistemas de conhecimento. Essa aproximação epistemológica, de resto, como observa Sappington (1991, p. 119), “pode reduzir a tensão [psicológica] entre os modos científico e religioso de olhar o mundo.”

No Brasil, contudo, não tem sido esse o caso. No âmbito público inexistem instâncias permanentes de diálogo entre ciência e religião. No caso da Universidade de São Paulo, em particular, o modelo francês, que plasmou a Faculdade de Filosofia, matriz das três áreas estudadas, legou-lhe o caráter laico histórico da atividade intelectual, que não admite a religião, como tal, na esfera institucional e pública, recolhendo-a ao âmbito privado e confessional. Se essa descrição é correta, entende-se por que não se encontrou uma representação social da religião entre os docentes-pesquisadores estudados.

Paiva, G. J. (1999). Social Representation of Religion by University Faculty. *Psicologia USP*, 10 (2), 227-239.

Abstract: Do university faculty have a social representation (SR) of religion and of the relationship between science and religion? 26 advanced scientists from the exact, biological and human sciences, of University of São Paulo, Brazil, were interviewed about the relationships they establish, or fail to establish, between science and religion. The results showed no conscious conflict between science and religion; little or no intersection between science and religion; rejection of the dogmatic character of Christianity and of the unlimited claims of science; respect toward historical religions, and openness to other forms of religiosity. The results are discussed through Moscovici's concept of the social representation.

Index terms: Social representation. Religion. Science. College faculty. Psychology of religion.

Referências Bibliográficas

- Beit-Hallahmi, B. (1979). Curiosity, doubt and devotion: the beliefs of psychologists and the psychology of religion. In H. N. Malony (Ed), *Current perspectives in the psychology of religion* (pp. 381-391). Grand Rapids, MI: W B. Eerdmans.
- Brooke, J. H. (1991). *Science and religion. Some historical perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Doise, W (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Durkheim, E. (1985). *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris: Quadrige / PUF. (Originalmente publicado em 1912)
- Fennema, J., & Paul, I. (Eds.). (1990). *Science and religion. One world-changing perspectives on reality*. Dordrecht, The Netherlands: Kluwer Academic Publishers.
- Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. New York: Wiley.
- Jones, S. L. (1994). A constructive relationship for religion with science and profession of psychology. *American Psychologist*, 49, 184-199.
- Ladrière, J. (1987). La culture contemporaine et le sentiment religieux. In D. Hutsebaut & J. Corveleyn (Eds.), *Over de grens. De religieuze behoefte kritisch onderzocht* [Além da fronteira. A necessidade religiosa estudada criticamente] (pp. 193-208). Leuven, Belgium: Universitaire Pers.
- Lehman E. C., Jr., & Shriver, D. W., Jr. (1968). Academic discipline as predictive of faculty religiosity. *Social Forces*, 43, 171-182.
- Marsden, G. M. R., & Longfield, B. J. (Eds.). (1992). *The secularization of the academy*. Oxford: Oxford University Press.
- Moscovici, S. (1981). On social representation. In J. P. Forgas (Ed.), *Social cognition: Perspectives on everyday understanding*. London: Academic Press.
- Moscovici, S. (1983). Social representation. In R. Harré & R. Lamb (Eds.), *The encyclopedic dictionary of psychology*. Oxford: Blackwell.
- Paiva, G. J. (1993). *Itinerários religiosos de acadêmicos: Um enfoque psicológico*. Tese de Livre-Docência, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Potter, J., & Mulkay, M. (1985). Scientists' interview talk. In M. Brenner, J. Brown, & D. Canter (Eds.), *The research interview: Uses and approaches* (pp. 247-271). London: Academic Press.
- Reik, T. (1948). *Listening with the third ear*. New York: Farrar, Straus.

Representação Social da Religião em Docentes-Pesquisadores Universitários

- Ruyer, R. (s.d.). *A Gnose de Princeton. Cientistas em busca de uma reaproximação entre ciência, filosofia e religião* (Liliane Barthod, trad.). São Paulo: Cultrix.
- Santos, B. S. (1989). *Introdução a uma ciência pós-moderna* (2a. ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- Sappington, A. A. (1991). The religion / science conflict. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 30, 114-120.
- Sperry, R. W. (1988). Psychology's mentalist paradigm and the religion / science tension. *American Psychologist*, 43, 607-613.
- Spink, M. J. (Org.). (1993). *O conhecimento no cotidiano. As representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- Wasserman, C., Kirhy, R., & Rordorf, B. (Eds.). (1992). *The science and theology of information*. Genebra: Labor et Fides.